

1. A lei de registros públicos (lei 6.015/73) **NÃO** se aplica ao:
 - a) Registro de títulos e documentos.
 - b) Registro de imóveis.
 - c) Registro de propriedade industrial.
 - d) Registro civil de pessoas naturais e de pessoas jurídicas.
2. Serão averbados no registro civil de pessoas naturais, **EXCETO**:
 - a) Os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos.
 - b) As escrituras de adoção e os atos que a dissolverem.
 - c) As sentenças que deferirem a legitimação adotiva.
 - d) Os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente.
3. O registro lavrado fora das horas regulamentares ou em dias em que não houver expediente será considerado:
 - a) Válido.
 - b) Nulo.
 - c) Impróprio.
 - d) Incompleto.
4. A emancipação concedida por sentença judicial será anotada:
 - a) Às expensas do interessado.
 - b) Sempre de forma gratuita.
 - c) Custeada pelo Ministério Público.
 - d) Custeada pelo cartório que efetuar o registro de emancipação.
5. Nas certidões de registro civil, em especial certidões de nascimento, **NÃO** mencionará:
 - a) A circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.
 - b) A data em que foi feito o assento.
 - c) Expressamente, o lugar onde o fato houver ocorrido.
 - d) A data, por extenso, do nascimento.
6. Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório:
 - a) Ali permanecerão por trinta anos.
 - b) Ali permanecerão indefinidamente.
 - c) Ali permanecerão por um século.
 - d) Ali permanecerão por cinquenta anos.
7. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais, **EXECETO**:
 - a) As interdições.
 - b) As emancipações.
 - c) As sentenças declaratórias de ausência.
 - d) As alterações ou abreviaturas de nomes.
8. O assento do nascimento deverá conter:
 - I. Os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde.
 - II. O sexo do registrando.
 - III. O nome e o prenome, que forem postos à criança.
 - IV. O fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido.

A sequência correta é:

 - a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva II está correta.
 - c) A assertiva IV está incorreta.
 - d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
9. Para a Escrituração Cartorária, o livro "C Auxiliar", refere-se:
 - a) Ao livro de registro de casamento de menor incapaz.
 - b) Ao livro de registro de casamento religioso para efeitos civis.
 - c) Ao livro de registro de natimortos.
 - d) Ao livro de registro de proclama.
10. No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado, serão feitos:
 - a) O assento de natimorto.
 - b) Apenas o assento de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
 - c) O assento de nascituro.
 - d) Os dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
11. Os fatos concernentes ao registro civil, que se derem a bordo dos navios de guerra e mercantes, em viagem, e no exército, em campanha, serão:
 - a) Impreterivelmente registrados e comunicados no prazo de quinze dias úteis, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
 - b) Impreterivelmente registrados e comunicados no prazo de quinze dias, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
 - c) Impreterivelmente registrados e comunicados no prazo de trinta dias, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
 - d) Imediatamente registrados e comunicados em tempo oportuno, por cópia autêntica, aos respectivos Ministérios, a fim de que, através do Ministério da Justiça, sejam ordenados os assentamentos, notas ou averbações nos livros competentes das circunscrições a que se referirem.
12. Para a Escrituração Cartorária, o livro "A", refere-se:
 - a) Ao livro de registro de proclama.
 - b) Ao livro de registro de nascimento.
 - c) Ao livro de registro de óbito.
 - d) Ao livro de registro de casamento.
13. Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro **NÃO** serão praticados:
 - a) A pedido de líder religioso, em interesse de terceiros, sem poderes formais de representação.
 - b) Por ordem judicial.
 - c) A requerimento verbal ou escrito dos interessados.
 - d) A requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
14. De acordo com a Lei de Registros Públicos (lei 6.015/73) pode-se afirmar:
 - I. Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
 - II. Quando o interessado no registro for o oficial encarregado de fazê-lo ou algum parente seu, em grau que determine impedimento, o ato incumbe ao substituto legal do oficial.
 - III. O acesso ou envio de informações aos registros públicos, quando forem realizados por meio da rede mundial de computadores (internet) deverão ser assinados com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP.
 - IV. A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 15 (quinze) dias.

Pode-se afirmar que:

 - a) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - b) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas a assertiva II está correta.
 - d) A assertiva IV está incorreta.
15. O nome do pai constante da Declaração de Nascido Vivo:
 - a) Constitui prova incontestável da paternidade, podendo ser lançado no registro de nascimento nos termos da legislação civil vigente.
 - b) Não constitui prova ou presunção da paternidade, somente podendo ser lançado no registro de nascimento quando verificado nos termos da legislação civil vigente.
 - c) Constitui prova da paternidade, quando acompanhada de declaração verbal da genitora, podendo ser lançado no registro de nascimento nos termos da legislação civil vigente.
 - d) Constitui presunção da paternidade, podendo ser lançado no registro de nascimento nos termos da legislação civil vigente.

16. Em relação ao registro das pessoas naturais e o prenome, pode-se afirmar:
- O prenome será definitivo, não sendo admitido a sua substituição por apelidos públicos notórios.
 - No caso de gêmeos, será declarada no assento especial de cada um a ordem de nascimento.
 - Serão obrigados a duplo prenome, ou a nome completo diverso, os irmãos a que se pretender dar o mesmo prenome.
 - Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo que possam distinguir-se.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - A assertiva I está incorreta.
 - Apenas a assertiva IV está correta.
17. Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes, e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá realizar-se:
- Na presença de seis testemunhas, que comparecerão, dentro de quinze dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
 - Na presença de três testemunhas, que comparecerão, dentro de cinco dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
 - Na presença de seis testemunhas, que comparecerão, dentro de cinco dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
 - Na presença de cinco testemunhas, que comparecerão, dentro de dez dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações.
18. Dentre outras informações, o assento de óbito deverá conter:
- Se era eleitor.
 - O prenome, nome, sexo, idade, cor, estado, profissão, naturalidade, domicílio e residência do morto.
 - Se deixou filhos, nome e idade de cada um.
 - Se era filhado a partido político, indicando qual o partido e data de filiação.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - A assertiva IV está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
19. **NÃO** será objeto de transcrição junto ao Registro de Títulos e Documentos:
- A matrícula de jornais e demais publicações periódicas.
 - O contrato de parceria agrícola ou pecuária.
 - Os instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.
 - O penhor comum sobre coisas móveis.
20. A cerca das averbações, de acordo com a Lei de Registro Civil (lei 6.015/73), afirma-se:
- Antes mesmo de averbadas, as sentenças relacionadas a registros civis produzirão efeito contra terceiros.
 - A averbação será feita à margem do assento e, quando não houver espaço, no livro corrente, com as notas e remissões recíprocas, que facilitem a busca.
 - A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.
 - A averbação será feita mediante a indicação minuciosa da sentença ou ato que a determinar.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - A assertiva I está incorreta.
21. Sendo o finado desconhecido, o assento de óbito deverá conter, quando possível, dentre outras informações:
- A declaração de estatura ou medida e a cor da pele.
 - Sinais aparentes.
 - Idade presumida.
 - Vestuário e qualquer outra indicação que possa auxiliar de futuro o seu reconhecimento.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - A assertiva IV está incorreta.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
22. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos os registros de:
- Enfiteuse, anticrese, convenções antenupciais e as cédulas hipotecárias.
 - Máquinas e equipamentos agrícolas, cédulas hipotecárias e anticrese.
 - Enfiteuse, anticrese, convenções antenupciais e as cédulas de crédito rural.
 - Enfiteuse, anticrese, convenções antenupciais e as baixas de pessoa jurídica enquadrada como EIRELI.
23. Nos procedimentos de regularização fundiária de interesse social, os efeitos da prenotação cessarão decorridos:
- 30 (trinta) dias de seu lançamento no protocolo.
 - 90 (noventa) dias de seu lançamento no protocolo.
 - 45 (quarenta e cinco) dias de seu lançamento no protocolo.
 - 60 (sessenta) dias de seu lançamento no protocolo.
24. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, sendo que nesta situação, a representação por advogado será:
- Dispensada.
 - Recomendada.
 - Obrigatória.
 - Facultativa.
25. São considerados, para fins de escrituração, credores e devedores, respectivamente:
- Nas servidões, o dono do prédio dominante e dono do prédio serviente.
 - Na anticrese, o senhorio e o enfiteuta.
 - No usufruto, o usufrutuário e nu-proprietário.
 - Na enfiteuse, o mutuante e mutuário.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está incorreta.
26. Quando dois ou mais imóveis contíguos pertencentes ao mesmo proprietário, constarem de matrículas autônomas, pode ele requerer a _____ destas em uma só de novo número, encerrando-se as primitivas.
- Cisão
 - Incorporação.
 - Transformação.
 - Fusão.
27. O cancelamento da servidão, quando o prédio dominante estiver hipotecado:
- Poderá ser feito a pedido do devedor.
 - Só poderá ser feito com aquiescência do credor, expressamente manifestada.
 - Não ocorrerá em hipótese alguma.
 - Apenas ocorrerá por sentença judicial.
28. Considera-se como ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida:
- Execução.
 - Escritura.
 - Consignação.
 - Protesto.

29. Compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos, na tutela dos interesses públicos e privados:
- A protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite e o recebimento do pagamento do título e de outros documentos de dívida.
 - Lavar e registrar o protesto.
 - O registro de ato constitutivo de pessoa jurídica de direito privado.
 - Acatar a desistência do credor em relação ao título.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - A assertiva III está incorreta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
30. Em relação aos documentos de dívida em moeda estrangeira emitidos fora do Brasil, pode-se afirmar:
- Poderão ser protestados, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado; e em caso de pagamento, este será efetuado em dólares americanos, admitido apenas o pagamento em espécie. Se o documento tiver sido emitido em moeda diversa, que não o Real, far-se-á a conversão em dólares americanos.
 - Não poderão ser protestados.
 - Poderão ser protestados, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado; e em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.
 - Poderão ser protestados, mesmo que desacompanhados de tradução; e em caso de pagamento, este será efetuado em moeda corrente nacional, cumprindo ao apresentante a conversão na data de apresentação do documento para protesto.
31. O protesto será registrado dentro de:
- Cinco dias contados da protocolização do título ou documento de dívida, excluindo-se o dia da protocolização e incluindo-se o do vencimento.
 - Três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida, excluindo-se o dia da protocolização e incluindo-se o do vencimento.
 - Cinco dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida, excluindo-se o dia da protocolização e incluindo-se o do vencimento.
 - Três dias úteis contados da protocolização do título ou documento de dívida, incluindo-se o dia da protocolização e excluindo-se o do vencimento.
32. Aos tabeliões de protesto de título compete privativamente:
- Autenticar cópias.
 - Intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto.
 - Receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação.
 - Acatar o pedido de desistência do protesto formulado pelo apresentante.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - As assertivas I e II estão incorretas.
33. Sobre o Registro do Protesto é **INCORRETO** afirmar:
- O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.
 - O deferimento do processamento de concordata impede o protesto.
 - Não se poderá tirar protesto por falta de pagamento de letra de câmbio contra o sacado não aceitante.
 - Os devedores, assim compreendidos os emitentes de notas promissórias e cheques, os sacados nas letras de câmbio e duplicatas, bem como os indicados pelo apresentante ou credor como responsáveis pelo cumprimento da obrigação, não poderão deixar de figurar no termo de lavratura e registro de protesto.
34. As certidões expedidas pelos serviços de protesto de títulos, inclusive as relativas à prévia distribuição, no caso de pessoas físicas, deverão obrigatoriamente indicar:
- Nome do devedor e seu número no Registro Geral (R.G.) constante da Cédula de Identidade, ou seu número no Cadastro de Pessoas Físicas (C.P.F.).
 - Endereço do Credor.
 - Endereço do Devedor.
 - Endereço eletrônico e telefone de contato do devedor.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva I está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - As assertivas I e II estão incorretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
35. Poderão ser fornecidas certidões de protestos não cancelados:
- A quaisquer interessados, mediante solicitação oral em balcão de atendimento.
 - Somente ao devedor.
 - Somente ao credor.
 - A quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito.
36. As intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento deverão ser conservados em arquivo, pelo menos, durante o prazo de:
- Seis meses.
 - Três anos.
 - Cinco anos.
 - Um ano.
37. Quando do pagamento de uma dívida por título protestado, o Tabelionato de Protesto dará a respectiva quitação, e o valor devido será colocado à disposição do apresentante:
- No primeiro dia útil subsequente ao do recebimento.
 - No dia do recebimento.
 - Em cinco dias subsequentes ao do recebimento.
 - Em dois dias úteis subsequentes ao do recebimento.
38. As juntas comerciais poderão ter uma assessoria técnica, com a competência de preparar e relatar os documentos a serem submetidos à sua deliberação, cujos membros deverão ser bacharéis em:
- Bacharéis em Direito.
 - Economistas.
 - Contadores.
 - Administradores.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva I está correta.
 - As assertivas I e II estão incorretas.
39. Quem poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões?
- A consulta é ato privativo do Ministério Público.
 - Qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, mediante pagamento do preço devido.
 - Apenas os sócios das Empresas Mercantis registradas.
 - Qualquer pessoa, desde que comprove formalmente a necessidade e ou interesse, mediante pagamento do preço devido.
40. De acordo com Lei nº 8.934/1994, a qual dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, o nome empresarial obedecerá aos princípios:
- Da motivação e eficiência.
 - Da veracidade e da novidade.
 - Da legalidade e impessoalidade.
 - Da razoabilidade e economicidade.
41. Aos tabeliões de notas compete com exclusividade, **EXCETO**:
- Lavar testamentos públicos e aprovar os cerrados.
 - Lavar atas notariais.
 - Lavar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em microfilme ou sob outra forma de documentação.
 - Lavar escrituras e proações, públicas.

42. No que se refere à definição do tabelião de notas competente:
- O tabelião de notas sempre será o do lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
 - O tabelião de notas sempre será o do domicílio dos compradores, em se tratando de ato ou negócio que envolva bens imóveis.
 - O tabelião de notas sempre será o do domicílio das partes.
 - É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
43. Havendo mais de um tabelião de protestos na mesma localidade:
- Será competente o tabelião de protestos mais próximo do domicílio do credor.
 - A prioridade será do Tabelião com maior idade ou tempo de atuação na localidade.
 - Será obrigatória a prévia distribuição dos títulos.
 - Será competente o tabelião de protestos mais próximo do domicílio do devedor.
44. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:
- Habilitação em concurso público de provas e títulos.
 - Nacionalidade brasileira e capacidade civil.
 - Quitação com as obrigações eleitorais e militares.
 - Diploma de bacharel em direito ou em economia.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - A assertiva IV está incorreta.
45. São deveres dos notários e dos oficiais de registro, **EXCETO**:
- Organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.
 - Dar recibo dos emolumentos percebidos.
 - Manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros.
 - Atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza.
46. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, **EXCETO**:
- Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - Bipartidarismo.
 - A dignidade da pessoa humana.
 - A soberania e a cidadania.
47. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
- Plebiscito.
 - Iniciativa popular.
 - Eleições indiretas.
 - Referendo.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - A assertiva II está incorreta.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
48. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, entre outros:
- Defesa do consumidor.
 - Propriedade privada.
 - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
 - Livre concorrência.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II, III, IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está correta.
49. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para:
- Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - Os maiores de setenta anos.
 - Os maiores de dezoito anos.
 - Os analfabetos.
50. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, **EXCETO**:
- Vedação à iniciativa privada de atuar na assistência à saúde.
 - Participação da comunidade.
 - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
 - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
51. As autarquias são criadas para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. Esta criação destas entidades se dá através de:
- Decreto.
 - Portaria.
 - Lei.
 - Resolução.
52. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da:
- Razoabilidade, proporcionalidade.
 - Ampla defesa, contraditório.
 - Legalidade, finalidade, motivação.
 - Insegurança jurídica, interesse público e eficiência.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I, II e III, estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
53. Modalidade de intervenção estatal através da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente. O conceito acima descrito refere-se a:
- Tombamento.
 - Servidão Administrativa.
 - Desapropriação.
 - Requisição Administrativa.
54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em _____, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- 3 (três) anos.
 - 5 (cinco) anos.
 - 1 (um) ano.
 - 2 (dois) anos.
55. São motivos que autorizam a extinção do contrato de concessão segundo a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995:
- Rescisão, anulação.
 - Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.
 - Encampação, caducidade.
 - Advento do termo contratual.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva IV está correta.
 - Apenas as assertivas II, III, IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
56. Compete à União instituir impostos sobre:
- IPi (imposto sobre produto industrializado).
 - ITBI (imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos).
 - ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços).
 - IPTU (imposto predial e territorial urbano).

57. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre:
- Patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
 - Templos de qualquer culto, condomínios edilícios.
 - Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros.
 - Patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos; livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, III, IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está correta.
58. É instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. A sentença acima define:
- A contribuição de melhoria.
 - Taxa.
 - Imposto.
 - Tarifa.
59. No que tange a obrigação tributária é correto afirmar:
- A obrigação tributária é principal ou acessória.
 - A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
 - A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
 - A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está correta.
 - Apenas as assertivas I, III, IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
60. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, **EXCETO**:
- A prescrição e a decadência.
 - O parcelamento.
 - A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
 - A moratória.
61. Segundo a legislação Civilista Brasileira, no que corresponde ao instituto do casamento podemos afirmar, **EXCETO**:
- O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.
 - O casamento é civil e sua celebração é onerosa.
 - É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família.
 - O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.
62. Tutela é o encargo atribuído pela Justiça a um adulto capaz, para que proteja, zele, guarde, oriente, responsabilize-se e administre os bens de crianças e adolescentes cujos pais são falecidos ou estejam ausentes até que completem 18 anos de idade. A este respeito é correto afirmar:
- O direito de nomear tutor compete a qualquer um dos pais, separadamente.
 - Aos irmãos órfãos dar-se-ão tantos tutores quanto bastarem.
 - É anulável a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não tinha o poder familiar.
 - As crianças e os adolescentes cujos pais forem desconhecidos, falecidos ou que tiverem sido suspensos ou destituídos do poder familiar terão tutores nomeados pelo Juiz ou serão incluídos em programa de colocação familiar.
63. Conforme preconiza o Código Civil Brasileiro, no que se refere à curadoria dos bens do ausente é correto afirmar:
- O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.
 - O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de três anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
 - Também se declarará à ausência, e se nomeará curador, quando o ausente deixar mandatário que não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato, ou se os seus poderes forem insuficientes.
 - Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - A assertiva II está incorreta.
64. São atribuições dos síndicos de condomínios edilícios, entre outras:
- Realizar o seguro da edificação.
 - Elaborar o orçamento da receita e da despesa relativa a cada ano.
 - Convocar a assembléia dos condôminos.
 - Cobrar dos condôminos as suas contribuições, bem como impor e cobrar as multas devidas.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II, III, IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está correta.
65. Considera-se doação o contrato em que uma pessoa, por liberalidade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra. São corretas as sentenças abaixo **EXCETO**:
- O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.
 - A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular.
 - A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até cinco anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.
 - O doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que aceitou, se a doação não for sujeita a encargo.
66. Segundo o Código Civil vigente a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. A respeito do tema podemos afirmar:
- Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
 - É defeso às partes estipular contratos atípicos, mesmo que observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
 - Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
 - Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas II, III, IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva IV está correta.

67. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:
- Que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança.
 - Que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.
 - Que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio culposo, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.
 - Que incorrerem em crime contra honra do autor da herança, ou de seu cônjuge ou companheiro.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - A assertiva III está incorreta.
68. De acordo com as disposições gerais do capítulo do Código civil que trata da prescrição é correto afirmar **EXCETO**:
- A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
 - A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
 - Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
 - A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
69. Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais:
- O direito à sucessão aberta.
 - Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - As energias que tenham valor econômico.
 - Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva III está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
70. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação presentes em produtos ou serviços caduca em:
- 30 (trinta) dias, para serviço e de produtos não duráveis e 90 (noventa) dias, para serviço e de produtos duráveis.
 - 45 (quarenta e cinco) dias, para serviço e de produtos não duráveis e 90 (noventa) dias, para serviço e de produtos duráveis.
 - 30 (trinta) dias, para serviço e de produtos não duráveis e 60 (sessenta) dias, para serviço e de produtos duráveis.
 - 90 (noventa) dias, para serviço e de produtos não duráveis e 180 (cento e oitenta) dias, para serviço e de produtos duráveis.
71. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem, elenca em seu texto itens que devem constar, obrigatoriamente, do compromisso arbitral, quais sejam:
- A matéria que será objeto da arbitragem.
 - O nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade à qual as partes delegaram a indicação de árbitros.
 - O lugar em que será proferida a sentença arbitral.
 - O nome, profissão, estado civil e domicílio das partes.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
72. O instituto civilista que autoriza que uma ou várias sociedades sejam absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações é chamado de:
- Cisão.
 - Incorporação.
 - Transformação.
 - Fusão.
73. Será decretada a falência do devedor que sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a:
- 60 (sessenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
 - 30 (trinta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
 - 50 (cinquenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
 - 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência.
74. Considera-se _____ quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- Empresário.
 - Vendedor.
 - Empresa.
 - Sociedade.
75. Segundo institui o Código Civil Brasileiro, o título de crédito, documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei. Acerca do tema podemos afirmar, **EXCETO**:
- Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente.
 - A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
 - É à vista o título de crédito que não contenha indicação de vencimento.
 - Considera-se lugar de emissão e de pagamento, quando não indicado no título, o domicílio do emitente.
76. É correto afirmar no que tange as normas fundamentais do novo Código de Processo Civil:
- A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
 - Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
 - O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
 - É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III, IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
77. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que:
- O fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
 - No Brasil tiver de ser cumprida a obrigação.
 - O réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
 - No exterior tiver de ser cumprida a obrigação.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
78. Em se tratando do tempo e do lugar dos atos processuais, segundo o Código de Processo Civil vigente pode-se afirmar, **EXCETO**:
- Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido no Código de processo Civil, observada a Constituição Federal.
 - Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
 - Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada no horário de funcionamento do fórum ou tribunal, conforme o disposto na lei de organização judiciária local.
 - Serão concluídos após as 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

79. Segundo preconiza o novo Código de Processo Civil, não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito:
- De doente, enquanto grave o seu estado.
 - De cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 30 (trinta) dias seguintes.
 - De quem estiver participando de ato de culto religioso.
 - De noivos, nos 15 (quinze) primeiros dias seguintes ao casamento.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
80. No tocante as nulidades processuais, dispostas no ordenamento jurídico brasileiro é correto afirmar:
- A nulidade dos atos pode ser alegada a qualquer tempo, sempre que couber à parte falar nos autos.
 - É anulável o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
 - Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida também pela parte que lhe deu causa.
 - Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras que dela sejam independentes.
81. Suspende-se o processo, entre outras possibilidades, pela:
- Arguição de impedimento ou de suspeição.
 - Morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
 - Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
 - Convenção das partes.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
82. Não haverá resolução do mérito pelo juiz quando:
- O processo ficar parado durante mais de 6 (seis) meses por negligência das partes.
 - Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
 - Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
 - Ocorrer renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- A sequência correta é:
- Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
83. De acordo com as normas processuais vigentes podemos afirmar que são exemplos de títulos executivos judiciais:
- As sentenças estrangeiras homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - As decisões homologatórias de autocomposição judicial.
 - As sentenças penais condenatórias transitadas em julgado.
 - As decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e III estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
84. O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de:
- 10 (dez) dias.
 - 05 (cinco) dias.
 - 15 (quinze) dias.
 - 30 (trinta) dias.
85. Contra qualquer decisão judicial que contiver omissão, obscuridade, contradição, ou erro material caberá:
- Agravo de instrumento.
 - Embargos de divergência.
 - Embargos de declaração.
 - Recurso extraordinário.
86. Segundo o Código Penal Brasileiro as penas são classificadas em:
- Pena de multa.
 - Pena privativas de liberdade.
 - Pena de caráter perpétuo.
 - Pena restritivas de direitos.
- A sequência correta é:
- A assertiva III está incorreta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
87. Conforme as normas penais brasileiras, não há crime quando o agente pratica o fato:
- Em estrito cumprimento de dever legal.
 - Em legítima defesa.
 - No exercício regular de direito.
 - Em estado de necessidade
- A sequência correta é:
- A assertiva III está incorreta.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
88. De acordo com a Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, no que tange a competência e os atos processuais é correto afirmar, **EXCETO**:
- A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
 - A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
 - Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, mas apenas em dia úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
 - Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.
89. Em conformidade com o preconizado pelo Código de Processo Penal, no que se refere à Competência Jurisdicional podemos afirmar, que entre outras, ela é determinada pelo (a):
- A prerrogativa de função.
 - A natureza da infração.
 - O lugar da infração.
 - A conexão ou comoriência.
- A sequência correta é:
- As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva III está correta.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.
90. Quem praticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar a recuperação extrajudicial, ato fraudulento de que resulte ou possa resultar prejuízo aos credores, com o fim de obter ou assegurar vantagem indevida para si ou para outrem, pratica crime e esta sujeito a:
- Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
 - Pena – reclusão, de 6 (seis) a 9 (nove) meses, e multa.
 - Pena – reclusão, de 6 (seis) a 9 (nove) anos, e multa.
 - Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

91. De acordo com a Constituição do Estado de Rondônia, o servidor público que seja responsável legal e cuide diretamente de portador de necessidade especial que, comprovadamente, necessite de assistência permanente, independentemente de estar sob tratamento terapêutico, terá redução de _____ de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração.
- 40% (quarenta por cento).
 - 25% (vinte e cinco por cento).
 - 50% (cinquenta por cento).
 - 30% (trinta por cento).
92. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia reunir-se-á na Capital do Estado, ordinariamente:
- De 15 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, sendo as reuniões iniciais de cada período marcadas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.
 - De 15 de janeiro a 15 de junho e de 15 de julho a 15 de dezembro, sendo as reuniões iniciais de cada período marcadas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.
 - De 15 de janeiro a 15 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, sendo as reuniões iniciais de cada período marcadas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.
 - De 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, sendo as reuniões iniciais de cada período marcadas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.
93. O prazo para o Tribunal de Contas promover a citação ou audiência de responsáveis arrolados em processo de prestação de contas, ou tomada de contas, ou inspeção, sob a pena de responsabilidade solidária, no caso de prestação de contas, será de:
- Um ano, a contar do ato ordinatório da despesa.
 - Seis meses, a contar do ato ordinatório da despesa.
 - Um ano, a contar da entrada do processo no Tribunal.
 - Dois anos, a contar da entrada do processo no Tribunal.
94. Em relação à cobrança de custas dos serviços forenses no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, pode-se afirmar:
- A petição do agravo de instrumento ou do agravo interno deverá ser instruída com o comprovante do pagamento do preparo, no valor de um salário mínimo nacional, salvo concessão de Justiça Gratuita pelo Juízo “a quo” da causa.
 - Não haverá incidência de custas na interposição do agravo contra decisão denegatória de recursos extraordinário e especial.
 - Na ação popular e na ação civil pública, os autores estão isentos do pagamento de custas, salvo comprovada má-fé.
 - Na ação penal privada subsidiária, o querelante, por ocasião do oferecimento da queixa, fica isento do recolhimento das custas, salvo comprovada má-fé.
- A sequência correta é:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas a assertiva II está correta.
 - As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
 - A assertiva I está incorreta.
95. A segurança pública, Constitucionalmente no Estado de Rondônia, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, **EXCETO**:
- Polícia Militar.
 - Forças Armadas.
 - Corpo de Bombeiros Militar.
 - Polícia Civil.
96. O(A) atual Presidente(a) do Supremo Tribunal Federal é o(a) Ministro(a):
- Rosa Weber.
 - Gilmar Mendes.
 - Dias Toffoli.
 - Cármen Lúcia.
97. Se for seguido o atual rito legal, as próximas eleições para Presidência da República serão realizadas no ano de:
- 2020
 - 2019
 - 2018
 - 2017
98. Dentro das atuais prerrogativas de foro, os governadores estaduais são originalmente julgados pelo(s):
- Tribunais de Justiça de seus Estados.
 - Supremo Tribunal Federal.
 - Tribunal Regional Federal de sua região.
 - Superior Tribunal de Justiça.
99. Foi escolhido como relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da denúncia contra o presidente da República, Michel Temer, o Deputado:
- Rodrigo Janot.
 - Rodrigo Pacheco.
 - Sergio Zveiter.
 - Rodrigo Maia.
100. Tendo por base os Produtos Internos Brutos de 2016 em dólares, a maior economia do mundo é a:
- Da China.
 - Da Alemanha.
 - Dos Estados Unidos da América.
 - Do Brasil.